



REJEITADO

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
"CASA DE FÉLIX ARAÚJO"
GABINETE DA VEREADORA ANINHA CARDOSO

REJEITADO POR MAIORIA

Em 30 de 12 de 2025

Presidente

Secretário

EMENDA ORÇAMENTÁRIA Nº 03 /2025.

EMENDA ORÇAMENTÁRIA AO PROJETO DE LEI Nº 1038/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

Com fulcro nos arts. 165 a 169 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e no Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresento a seguinte Emenda à Ação do Poder Executivo:

Funcional Programática: 15.451.1029.1026

Órgão: 02.080 – Secretaria de Obras

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 – Infra-estrutura Urbana

Programa: 1029 – Desenvolvimento de Infraestrutura Urbana e Sócio Ambiental (Transforma Campina)

Ação: 1026 – Ações de mobilidade e desenvolvimento urbano

EMENDA ORÇAMENTÁRIA

AÇÃO: 1026 – Ações de mobilidade e desenvolvimento urbano

Fica assegurada, dentro desta dotação, a reserva de recursos prioritários para a execução das obras de recuperação e revitalização do Canal do Pedregal, bem como a construção e drenagem do Canal do Rocha Cavalcante e do Canal do Cinza.



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
"CASA DE FÉLIX ARAÚJO"
GABINETE DA VEREADORA ANINHA CARDOSO**

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo garantir a execução de obras estruturantes vitais para a macrodrenagem e o saneamento básico de Campina Grande, atendendo a uma demanda histórica das comunidades do Pedregal, Rocha Cavalcante e Cinza.

A recuperação e revitalização do Canal do Pedregal é uma medida de saúde pública e segurança, visando mitigar os riscos de alagamentos, a proliferação de vetores de doenças e a erosão das margens que coloca em risco as habitações circunvizinhas. Já a construção dos canais do Rocha Cavalcante e do Cinza é fundamental para estruturar o crescimento urbano dessas áreas, garantindo o escoamento adequado das águas pluviais e prevenindo transtornos futuros com o adensamento populacional.

Tais intervenções alinham-se ao planejamento de infraestrutura urbana (Função Urbanismo) e cumprem o dever do município de promover o ordenamento territorial e o bem-estar de seus habitantes, conforme preceitua o Art. 182 da Constituição Federal. Ao "carimbar" parte dos recursos da Ação 1026 para estas finalidades específicas, esta Casa Legislativa assegura que o orçamento municipal (Transforma Campina) chegue, de fato, às áreas que mais necessitam de intervenção estatal.

**Câmara Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, Sala das Sessões, em
15 de dezembro de 2025.**

Aninha Cardoso
ANINHA CARDOSO
Vereadora